



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL - CMDUA

ATA N.º 2379

1 Aos quinze dias do mês de setembro do ano de Dois Mil e Nove reuniram-se em caráter **ordinário**, às
2 dezoito horas e trinta e sete minutos, em última chamada, na sala de Reuniões do sexto pavimento das
3 Secretarias de Obras e Viação e do Planejamento Municipal, nesta Capital, os seguintes Conselheiros do
4 Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental: **Helena Cristina Borges**, titular da Região de
5 Planejamento Três, como Presidente da sessão; **Silvio Belmonte**, titular da Universidade Federal do Rio
6 Grande do Sul; **Juçara Waengertner**, segunda suplente da Fundação Estadual de Planejamento
7 Metropolitano e Regional; **Fernando Biffignandi**, titular do Departamento Municipal de Habitação; **Júlio**
8 **Miranda**, titular da Empresa Pública de Transporte e Circulação; **Rosane Zottis Almeida**, titular do
9 Gabinete do Prefeito; **Breno Ribeiro**, primeiro suplente da Secretaria de Planejamento Municipal; **René de**
10 **Souza**, primeiro suplente da Secretaria Municipal de Gestão e Acompanhamento Estratégico; **Gilmara**
11 **Muller**, segunda suplente da Secretaria Municipal de Obras e Viação; **Cibeli Silva do Carmo**, titular da
12 Secretaria Municipal do Meio Ambiente; **Dino Damiani Neto**, primeiro suplente da Associação Brasileira de
13 Escritórios de Arquitetura; **José Euclésio dos Santos**, titular da Associação Gaúcha dos Advogados de
14 Direito Empresarial; **Analino Zorzi**, titular primeira suplente do Conselho Internacional de Monumentos e
15 Sítios; **Nilson Lopes Coelho**, titular e **Jaime Rodrigues**, primeiro suplente do Instituto de Planejamento e
16 Estudos Socioambientais; **José Luiz Domingues**, titular da ordem dos Advogados do Brasil; **Antônio Zago**,
17 titular do Sindicato da Indústria da Construção Civil; **Alexandre Cohen**, primeiro suplente do Sindicato dos
18 Corretores de Imóveis; **Jorge Larré**, segundo suplente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da
19 Construção Civil de Porto Alegre; **Romano Botin**, titular da Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul;
20 **Alan Cristian Tabile Furlan**, titular da Região de Planejamento Um; **Márcia Bica**, titular da Região de
21 Planejamento Dois; **Luiz Felipe Correia de Oliveira**, primeiro suplente da Região do Planejamento Quatro;
22 **Eduíno Mattos**, titular da Região de Planejamento Sete; **Heverson da Cunha**, titular e **Rachel Golubcik**,
23 segunda suplente da Região de Planejamento Oito; **Alceu Rosa da Silva**, titular da Temática Organização
24 da Cidade Desenvolvimento Urbano e Ambiental e **Fabiana Kruse**, secretária executiva e relatora dos
25 trabalhos. **Presidente** iniciou a sessão e questionou se havia alguma modificação à Ata Dois Mil Trezentos e
26 Setenta e Oito. Não havendo modificações esta foi aprovada com quinze votos favoráveis, cinco abstenções
27 e nenhum voto contrário. **Presidente** iniciou as comunicações. Conselheiro **Lauro**, em contato telefônico
28 com a secretaria do Conselho, comunicou seu afastamento por quinze dias, por motivo de saúde.
29 Conselheiro **Heverson** informou que no último dia doze houve seminário sobre a Escola Técnica. Salientou
30 que participaram noventa e três pessoas do encontro e que saíram diretrizes, entre elas, solicitar ao
31 Ministério da educação que a forma de acesso mude, para facilitar o acesso de pessoas de baixa renda
32 (assim a escola não será como a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, salientou ele). Fez
33 comentários sobre o que foi discutido na reunião, como por exemplo, a distância do instituto. Explicou.
34 Conselheiro **Jaime** informou que a feijoada que aconteceu no domingo na Restinga (promovida pelo
35 'Restinga faz Arte') foi um sucesso. Falou das dificuldades do espaço e também dos seus benefícios a
36 comunidade. Salientou a necessidade de investimentos e explicou o que acontece hoje. Sugeriu que o
37 Conselho estabeleça uma Comissão para estudar o tema Habitação e que se escolham pessoas que tragam
38 boas contribuições em face de dificuldade de "construção" de parâmetros a longo prazo. Disse que
39 infelizmente teria que se retirar, mas deixou a sugestão. Conselheira **Helena** agradeceu o convite feito à ela
40 para comparecer à feijoada. Conselheiro **Fernando** divulga a revista "AU" deste mês em que o
41 Departamento municipal de habitação está presente em duas reportagens com condomínios e loteamentos
42 aprovados. Salientou que estes projetos passarão pelo Conselho. Explicou mais detalhes sobre as
43 reportagens e sobre reportagens do tema Habitação em diferentes estados brasileiros. Conselheiro **Zorzi**
44 lembrou a questão da minuta de Decreto do Estudo de Impacto de Vizinhança que está "congelada" na
45 pauta há várias semanas. Pede notícias da secretaria de Planejamento Municipal. Perguntou se há
46 interesse do Conselho em dar andamento ao processo. Conselheira **Rosane** explicou sobre o processo e
47 disse que o Prefeito tem interesse em enviar à Câmara ainda neste ano. Conselheira **Cibeli** deixou com os
48 presentes *folder* da Semana da Primavera e destacou no primeiro dia de programação o lançamento do
49 programa "O povo na praça", explicando os motivos do projeto. Conselheiro **Eduíno**, tomando por base o
50 relato da Conselheira Cibeli, comentou que a comunidade tem a obrigação de utilizar e se apropriar das
51 praças. Lembrou que em dezoito de novembro do ano passado foi aprovado pelo Conselho um gravame
52 para tombamento da "casa da estrela". Disse que, através dele, o Petrópolis Vive pergunta, para o Gabinete
53 do Prefeito e para a Secretaria de Cultura, como está a situação. Porque não houve andamento nos
54 condicionantes dados pelo Conselho. Salientou também a questão do cadastramento para a eleição de
55 representante das regiões e solicitou que para a próxima eleição a Procuradoria do município e o Ministério
56 Público modifiquem a forma de cadastro dos votantes. Disse que a solicitação de comprovação de
57 residência esvazia as eleições. Disse que tal solicitação não muda em nada. Reiterou sua proposta.
58 Conselheiro **Alceu** chamou atenção para o que é a sociedade brasileira. Falou sobre o aumento do valor do



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL - CMDUA

ATA N.º 2379

1 bolsa família em detrimento dos aposentados. Disse que quem sustenta as famílias mais pobres são os
2 avós. Disse-se contra o Bolsa Família. Informou também que na próxima semana irá enfrentar uma eleição
3 e disse que é fato importante. Lembrou que recebeu título honorífico da Câmara de Vereadores em Dois Mil
4 e Quatro e se disse feliz e honrado por fazer parte do Conselho Municipal de Desenvolvimento urbano
5 Ambiental. Salientou que este é um grupo que tem profundo conhecimento do que faz e agradeceu por ter
6 participado do Conselho. **Presidente** deu início à Ordem do Dia. **Processo Quatro Ponto Um**. Expediente
7 número 002.279739.00.9.59, relator: AsBEA. Interessado: UFRGS; assunto: EVU de Edificação - ICBS;
8 local: Av. Ramiro Barcelos, 2350. Conselheiro **Dino** fez o relato. Conselheiro **Silvio** complementou o relato
9 explicando detalhadamente o projeto da Universidade para o Campus Saúde. Conselheiro **Zorzi** questionou
10 o projeto e recuos e os Conselheiros **Dino** e **Silvio** responderam. Alguns Conselheiros se levantaram para
11 olhar o projeto com mais cuidado e seguiu-se pequena discussão. Conselheiro **Dino** leu parecer favorável ao
12 solicitado. O processo foi posto em votação e aprovado com vinte e três votos favoráveis e nenhum voto
13 contrário ou abstenção. **Processo Quatro Ponto Dois**. Expediente número 002.224442.00.0, relator: OAB.
14 Interessado: Germano Behenk; assunto: reconsideração de isenção de recuo de jardim; local: Correa de
15 Melo. O Conselheiro salientou que está buscando mais informações sobre o solicitado junto às Secretarias
16 envolvidas e solicitou o adiamento. Foi concedido prazo para relato. **Processo Quatro Ponto Três**.
17 Expediente número 002.202681.00.3, relator: SINDIMOVEIS. Interessado: DEMHAB; assunto: EVU de
18 Regularização de parcelamento do solo; local: Rua Mariano de Matos, 421. Conselheiro **Cohen** fez o relato.
19 Conselheiro **José Euclésio** questionou o local onde se situa o empreendimento. Conselheiro Fernando
20 explicou o projeto e os acessos. Conselheiro **Heverson** questionou quantas famílias seriam reassentadas.
21 Conselheiro Fernando respondeu que são quarenta e três famílias que serão remanejadas, mas que
22 nenhuma será tirada do local. Conselheiro **Breno** questionou como o assunto chega ao departamento
23 Municipal de Habitação (aquele local específico). Conselheiro **Fernando** explicou que tudo é demandado
24 pelo Orçamento participativo, explicou a tramitação e as secretarias por onde passa antes de chegar ao
25 Conselho. Conselheiro **Eduíno** falou sobre a Vila Ceres, que por quatro anos juntou orçamento do
26 Orçamento Participativo para regularizar a vila e a rua poder ser aberta. No entanto, a Secretaria de Gestão
27 disse que não se pode acumular dotação orçamentária e que perderam todo o trabalho. Conselheiro
28 **Fernando** pediu desculpas se passou alguma informação equivocada. Explicou suas colocações. Disse que
29 o fundamental é dar dignidade as pessoas que estão envolvidas no processo de regularização. Conselheiro
30 **Heverson** salientou que há vinte dias o Conselheiro René relatou outro processo do Departamento de
31 Habitação e que o projeto era do tipo “arrasa-quarteirão”. Disse que o projeto poderia ser semelhante ao da
32 Vila Teodoro. Seguiu-se discussão entre vários Conselheiros. Conselheiro **Alan** reafirmou que o projeto não
33 está bom. Fez o cálculo das áreas dos lotes e que há muitas discrepâncias entre eles. Salientou que está
34 diferença entre lotes é ruim. Conselheiro Fernando respondeu. Falou do presente caso e das diferenças do
35 “Programa Integrado Entrada da Cidade”. Conselheiro **Breno** destacou que o presente caso se trata de
36 regularização. Conselheiro **Alan** disse entender que se trata de regularização, mas que por isso as coisas
37 não são tão simples. Salientou que alguns moradores nunca irão conseguir melhorar de vida naqueles lotes.
38 Conselheiro **Dino** afirmou que regularização é para áreas já consolidadas. Que para reurbanização é
39 diferente. Disse que se podem discutir processos futuros, ou a política do departamento de habitação. Disse
40 que neste caso a situação é de necessidades básicas, infra-estrutura, propriedade, etcetera. É um passo
41 fundamental para dar regularidade à situação. Conselheiro **Romano** disse que nem sempre a administração
42 pública pode fazer o ótimo. Disse que vê uma cidade com trinta e cinco por cento de sua área irregular e que
43 mais ou menos cinquenta por cento da população não paga taxas. Salientou também que o que está
44 proposto é o básico. Questionou aos Conselheiros das regiões que mudanças na vida dos moradores
45 dessas áreas causam os reassentamentos. Pediu depoimentos. Destacou que no rio de Janeiro tais
46 mudanças seriam impossíveis. Conselheiro **Alceu** trouxe depoimento dizendo que essas pessoas sofrem
47 muitos traumas pelo deslocamento para outras áreas da cidade. Que tirar as pessoas de seus lugares é
48 uma violência. Disse que o Orçamento Participativo está sendo definido por quem tem mais poder
49 econômico e que os moradores incentivam. Disse que o governo é refém de políticas imediatas e
50 oportunistas. Conselheira **Juçara** Disse que o Departamento Municipal de Habitação é refém da situação
51 econômica. Disse que se repete o esquema da cidade: quem tem mais, fica com mais. Salientou que se os
52 processo passam só pra o Conselho “dizer amém”, nem deveria passar. Conselheira **Helena** falou sobre a
53 situação das famílias irregulares e que a situação dos projetos do departamento não é a ideal. Solicitou
54 pesquisa dentro das comunidades, pois há divergência de visões. Falou da necessidade de regularização.
55 Disse que não se pode negar que, às vezes, isso é o sonho da pessoa. Conselheiro **Eduíno** falou sobre sua
56 região e que as únicas pessoas que foram retiradas de seus lugares eram de áreas de risco. Que a
57 fiscalização é inexistente e que os morros estão sendo tomados novamente. Falou do loteamento perto do
58 Hospital parque Belém e que o Departamento de Habitação também não tem controle. Disse que a retirada



ATA N.º 2379

1 ou não das famílias depende de onde se encontram. Conselheiro **Nilson** disse que também se sente
2 culpado pelos processos de regularização que têm aparecido. Que por sua insistência é que tem aparecido
3 processos com falta de qualidade. Disse que a desculpa é sempre o Orçamento Participativo e que a
4 regularização fundiária já deveria ter sido tirada das demandas. Disse que não concorda com a teoria de que
5 “por que é assim é que vai ficar assim”. Saliu que o que está proposto não dá dignidade, só legalidade.
6 Pediu novamente que se estabelecessem padrões mínimos. Conselheiro **Filipe** se manifestou destacando
7 que padrões abaixo do mínimo não podem ser considerados viabilidade urbanística. Disse que os projetos
8 estão no limite. Conselheiro Breno sugeriu que se formasse um grupo para consolidar as propostas para que
9 não se percam. Tal grupo deveria encaminhar diretrizes ao Prefeito para a nova política habitacional de
10 Porto Alegre. Conselheiro **Botin** salientou que a realidade dessas áreas é outra. Destacou projetos para a
11 Vila Tronco e a preocupação com a Copa de Dois Mil e Quatorze. Conselheiro **Alceu** deu sua opinião sobre
12 o mencionado. Disse que deveria haver mais controle sobre a transferência dos direitos sobre os imóveis
13 oriundos do Departamento de Habitação. Finda a discussão Conselheiro **Cohen** leu o parecer favorável ao
14 solicitado. O processo foi posto em votação e aprovado com quatorze votos favoráveis, nenhum voto
15 contrário e nove abstenções. **Processo Quatro Ponto Quatro**. Expediente número 002.072418.09.5,
16 relator: SINDUSCON. Interessado: CPU/SPM; assunto: Resolução – alteração, inclusão e eliminação de
17 traçado viário; eliminação de área verde e de equipamento público urbano; inclusão de equipamento público
18 urbano; local: Rua Eugenio Rubbo e outras. Conselheiro **Zago** fez o relato. Conselheira **Helena** pediu vistas
19 ao processo. Conselheiro **Júlio** também pediu vistas ao processo, assim como a Conselheira **Cibeli** que
20 solicitou ainda que as vistas sejam feitas em conjunto. Explicou suas razões e disse que o processo não
21 pode se “arrastar” com outros que já passaram pelo Conselho. Às vinte horas e seis minutos foram
22 encerrados os trabalhos do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental pela Presidente.
23 Eu, **Fabiana Kruse**, assino e lavro, juntamente com a Presidente, a presente ata.

24
25
26
27
28
29

Fabiana Kruse
Secretária Executiva

Helena Cristina Borges
Presidente.